



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO PAPEL DE ARTICULADOR DA
EDUCAÇÃO E CIDADANIA – PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ESCOLA.**

PRISCILLA HENRIQUE SENA

Professora-orientadora

Dra. OTÍLIA MARIA ALVES DA NÓBREGA ALBERTO DANTAS

Professor Tutor-orientador

Me. MARCOS ALBERTO DANTAS

Brasília (DF), 03 de Dezembro de 2015

Priscilla Henrique Sena

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO PAPEL DE ARTICULADOR DA
EDUCAÇÃO E CIDADANIA – PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ESCOLA.**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas e do Professor Tutor-orientador Me. Marcos Alberto Dantas.

TERMO DE APROVAÇÃO

PRISCILLA HENRIQUE SENA

O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO PAPEL DE ARTICULADOR DA EDUCAÇÃO E CIDADANIA – PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ESCOLA.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista
em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Professora-orientadora

Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas

Tutor-orientador

Me. Marcos Alberto Dantas

Examinadora Externa

Me. Alessandra Lisboa da Silva

Brasília, 03 de Dezembro de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a todos que, de alguma forma, se preocupam nas melhorias possíveis da educação pública do Brasil.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Constituição Federal de 1988, artigo 205.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo demonstrar o cotidiano escolar da rede pública do Distrito Federal: reprovação, desistência, brigas, violência, baixa participação da comunidade escolar e como isso pode influenciar no rendimento escolar. Propõe ações coletivas entre professores e coordenadores pedagógicos para que guie e oriente pais e alunos sobre reuniões e participação no cotidiano escolar. Aliar a participação da comunidade escolar, dentro da Gestão Democrática, com prática algumas das Leis, Direitos e Deveres do nosso país referente à educação básica. Além de sugerir soluções que possam ser mediadas pelo Coordenador Pedagógico e Gestores que possam ser inseridas no Projeto Político Pedagógico das escolas e no sistema de renovação de matrículas das escolas públicas do Distrito Federal. Estas ações visam uma participação plena dos pais e responsáveis dentro das escolas, em especial as públicas, pois foi constatado que em sua grande maioria, os pais e responsáveis não se interessam pelo rendimento dos alunos, em especial os de ensino médio. E finalmente, constatado que através de uma participação diária, acompanhamento de dos pais e responsáveis, uma escola com propostas atraentes e projetos acolhedores há o aumento no rendimento escolar desses estudantes e consequentemente uma escola mais participativa.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico. Comunidade Escolar. Participação. Direitos e Deveres. Projeto Político Pedagógico. Gestão Democrática.

ABSTRACT

This study aimed to demonstrate the everyday school life of the public network of the Federal District: rejection, abandonment, fights, violence, low participation of the school community and how this can influence school performance. Proposes collective action among teachers and coordinators to guide and direct parents and students about meetings and participation in school life. Combine the participation of the school community, within the democratic management, practice with some of the laws, our country's rights and duties relating to basic education. And suggest solutions that can be mediated by the Pedagogical co-ordinator and Gestorres that can be inserted into the Pedagogical Political Project of schools and renewal system of enrollment in public schools of the Federal District. These actions aim at full participation of parents and guardians within schools, particularly public because it was noted that for the most part, parents and guardians are not interested in student achievement, especially in high school. And finally, consisted that through daily participation, follow-up of parents and guardians, a school with attractive proposals and projects for welcoming the increase in academic performance of these students and consequently a more participatory school.

Keywords: Pedagogical coordinator. School community. Participation. Rights and duties. Pedagogical Political Project. Democratic management.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | Introdução..... | 08 |
| 1.1 | Justificativas..... | 09 |
| 1.2 | Problemática..... | 12 |
| 1.3 | Objetivo Geral..... | 14 |
| 1.3.1 | Objetivos Específicos..... | 14 |
| 2 | Fundamentação Teórica..... | 16 |
| 3 | Metodologia..... | 21 |
| a) | Campo..... | 21 |
| b) | Tipologia da pesquisa..... | 21 |
| c) | Definição da amostra..... | 22 |
| d) | Coleta de dados..... | 22 |
| e) | Interpretação e análise dos dados..... | 23 |
| 4 | Considerações Finais..... | 26 |
| 5 | Referências..... | 30 |

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa a seguir foi realizada no Centro Educacional São Francisco, fundado em 2008, tendo sua sede provisória no Gisno, asa norte. Posteriormente foi transferido para outro local, chamado ainda provisoriamente de Chiquinho, pois ainda não realizava suas ações plenamente. E finalmente em 2009, foi transferido para sua sede atual, no Bairro São Francisco, em São Sebastião, onde é carinhosamente conhecido como Chicão. Já atuou com turmas de ensino fundamental e atualmente só possui turmas de ensino médio.

Possui estrutura nova, em dois pavimentos e atraente aos novos alunos. Com o Projeto do Ensino Médio Inovador é captado recursos para a melhoria do ambiente escolar, desta forma a escola dispõe de salas de aulas com aparelhos de televisão, DVD/Blue Ray em todas as salas de aula, biblioteca com computador e acesso à internet a disposição dos alunos, laboratórios, sala de recurso para atendimento à alunos especiais, estrutura física para cadeirantes, quadra de esportes coberta, auditório, sala dos professores, rádio com aparelhos e caixas de som que atualmente são monitoradas por alunos e amplos pátios. E com os recursos captados, a escola destinou, neste ano de 2015, para a aquisição de aparelhos de ar condicionado para o auditório da escola, local este onde são realizadas exposições, feiras, shows, seções de cinema, entre outros, todos dentro do PPP¹ estruturado pela escola. Além disso, no ano de 2014 a escola participou do Pnem, dando maior conhecimento aos professores sobre o PPP, interdisciplinaridade, ações necessárias e orientando melhor sobre sua participação e atuação dentro de escola, com aulas ministradas nos horários de coordenação pedagógica.

E com toda essa estrutura acima descrita a escola ainda assim enfrenta problemas rotineiros iguais aos de muitas escolas públicas: índice considerável de reprovação, abandono e baixa participação dos pais na escola e violência. A violência já é quase parte do passado da escola, que teve em seu índice de brigas e agressões diminuído devido a ações e projetos realizados

¹ **Projeto Político Pedagógico Por Ti São Sebastião** – Centro Educacional São Francisco. 2014. Disponível em: <<http://sumtec.se.df.gov.br/sistemas/ppp/wp-content/uploads/2014/09/PPP-CED-S%C3%83O-FRANCISCO.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2015.

dentro da escola para que esses fatos não ocorressem com tanta frequência, no que consta na reportagem sobre mediação de conflito². Logo, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar os problemas encontrados no cotidiano escolar e sua conexão com a administração escolar e coordenação pedagógica e sugerir algumas soluções. E por meio desses dados apontar ideias e sugestões para pôr em prática a educação e cidadania nas escolas e para que haja uma mudança nos padrões encontrados nas escolas públicas do Distrito Federal.

1.1 JUSTIFICATIVAS

Ao refletir sobre todos os importantes processos internos das escolas públicas, tais como decisões, eleições de diretores, reuniões, elaboração e aprovação do Projeto Político-Pedagógico e sua revisão de forma coletiva, percebe-se que muito do que é produzido nessas instituições escolares é feito de forma individual ou privada. Ainda não existe a participação efetiva de toda comunidade escolar e esta baixa participação da comunidade tem em sua origem diversos fatores: falta de divulgação sobre os preceitos da Gestão Democrática³ e pouco esclarecimento sobre a importância da presença da comunidade nestes processos. O coordenador pedagógico poderia, em parceria com gestores e professores, traçar metas para melhor alcançar a comunidade e tentar convencê-la a participar dos processos democráticos de decisões colocando assim em prática algumas políticas de educação. É claro que essas metas de melhorias precisam ser feitas por um profissional devidamente capacitado para desempenhar essas funções, pois numa grande

² C.Ed. São Francisco, Brasília: ***Equipe do fantástico mostra a ação da escola ced. são francisco para combater os conflitos na escola e comunidade.*** Rede Globo – Fantástico, 2010, 6:01 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hTuAx9Ff5AM>> . Acesso em: 15 out. 2015.

³ BRASIL, Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. ***Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.*** Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/06/lei-n%C2%BA-4.751-de-07-de-fevereiro-de-2012.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2015.

maioria os coordenadores se candidatam ao cargo para “fugir” da sala de aula. Segundo descreve SILVA:

(...) E é justamente a complexidade dessa tarefa que tem afugentado docentes que apresentam um perfil desejável para assumir a função de coordenar. Assim sendo, é fundamental investir na formação desses profissionais que bravamente se dispõem a “arregaçar as mangas”, oferecendo a eles as condições para atuarem (...).⁴

A escola necessita organizar os dados retirados e reuniões e conselhos, bem como os relatos da comunidade para que se possa planejar, repensar e realizar propostas para o ano que se inicia. Este processo se torna importante para o planejamento escolar, pois com base nestes dados a escola, professores, alunos e comunidade podem planejar metas para que o aprendizado aconteça de forma real e com procedimentos que se tornam necessários para tal. “(...) planejar é preciso que se saiba onde se pretende chegar (...)”⁵. Para que isso aconteça, a escola precisa fundamentalmente conhecer sua comunidade, saber suas necessidade e dificuldades. A mera reprodução do conhecimento por parte da escola gera insatisfação em seus alunos e comunidade. É preciso que na rotina da escola exista propostas reais, de acordo com a necessidade de comunidade onde a escola atua. “Assim, o planejamento escolar é também um processo reflexivo. Contudo, a reflexão exigida no planejamento conduz nosso olhar para a realidade da escola.”⁶.

Devido a diversos problemas apresentados no rendimento escolar dos alunos as instituições públicas propõem em seus calendários escolares reuniões participativas e conselhos participativos, tendo em vista pôr em prática os pontos sugeridos pela gestão democrática na escola. Tais reuniões e conselhos deveriam acontecer com a participação de professores, gestores, coordenadores, alunos e comunidade (pais e responsáveis) e tem como

⁴ SILVA, E. F. da. **A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos**. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papirus, 2007, p. 15.

⁵ **Planejamento e trabalho coletivo** / Ângelo Ricardo de Souza...[et al.]; Universidade Federal do Paraná, Pró- Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba : Ed. da UFPR. 2005, p. 1.

⁶ DA SILVA, Marta Leandro. **Planejamento Escolar na perspectiva democrática**. P.10.

objetivo principal ouvir os relatos de todos os membros da comunidade escolar, seus anseios, dificuldades e sugestões para que a escola pudesse ter ciência e com essas informações melhorar a qualidade do processo educativo. Porém, isso não acontece de fato, pois há baixa participação dos pais e responsáveis, e dos estudantes também, que ao serem notificados sobre a existência desses encontros deixam de ir à escola.

Percebe-se que a escola, os coordenadores pedagógicos, gestores e professores precisam planejar estas reuniões de forma a esclarecer antecipadamente a comunidade e alunos sobre a importância de sua participação. E que a comunidade no geral, em diversas áreas do país, não tem ciência dos seus direitos e deveres. A população desconhece as leis e normas deste país e a escola, coletivamente, com professores, gestores e coordenadores poderiam articular metas, propostas ou até mesmo estratégias para melhor esclarecer a comunidade sobre sua função na sociedade. Educar com múltiplas dimensões para dar autonomia, como sugere o texto *Planejamento e Trabalho Coletivo*⁷. A educação liberta e sem ela não há como preparar o indivíduo para uma vida em sociedade. “Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.”⁸.

Há uma necessidade de aumentar a participação dos pais e responsáveis no cotidiano escolar – Reuniões, Conselhos Participativos, entrega de notas, estimular o acompanhamento dos responsáveis no processo de aprendizagem (escola/casa). O coordenador pedagógico juntamente com toda a equipe gestora, direção e professores, planejar metas para que a participação dos alunos e os encontros com a comunidade seja produtivo, efetivo e contínuo. E que todas essas ações sejam definidas como metas e inseridas no PPP da escola.

Em algumas escolas do Distrito Federal estão sendo aplicados projetos com foco multiculturais que valorizam a educação, a cidadania e o lazer.

⁷ **Planejamento e trabalho coletivo** / Ângelo Ricardo de Souza...[et al.]; Universidade Federal do Paraná, Pró- Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba : Ed. da UFPR. 2005, p. 4.

⁸ FREIRE, **Paulo**. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p.5.

Projetos com aulas extra-turno, plantão para tirar dúvidas e até mesmo o ensino integral com alimentação. Essas ações permitem que o aluno permaneça e tenha melhor aproveitamento escolar. É necessário estimular a presença da família na escola combinada com a valorização maior dos profissionais da educação como prevê a Constituição Federal “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família (...)”⁹. O trabalho coletivo, respeito e a participação de todos: professores, governo, família, é o caminho para que aconteçam as mudanças esperadas na educação. “(...) um modo de perseguir a permanência do aluno na escola é a interação com as famílias ou com os responsáveis.”¹⁰.

1.2 PROBLEMÁTICA

A participação da comunidade no dia-a-dia escolar de seus filhos é insuficiente. Foi verificado, mediante relatos de alunos e pais, que os responsáveis deixam de ir à escola para acompanhar o rendimento de dependentes por diversos motivos: No ensino fundamental por acreditarem que a tarefa de educar é função específica da escola; No ensino médio por acharem que os jovens são suficientemente responsáveis por sua vida escolar, além do mesmo fator anterior: a tarefa de educar é função específica da escola. O que é contraditório, segundo reza o art. 205 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.¹¹

⁹ BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2015, art. 205.

¹⁰ Cury, Carlos Roberto Jamil. **O DIREITO À EDUCAÇÃO: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. P. 17.

¹¹ BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2015, art. 205.

A própria Constituição Federal somente exige a frequência aos alunos do ensino fundamental: “§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.”¹². Dessa forma, incide ainda mais a ausência dos responsáveis de alunos do ensino médio.

Aos alunos do ensino médio essa exigência não existe, mesmo sendo estes menores de idade em sua maioria, salvo algumas exceções. As renovações de matrículas são feitas automaticamente pelas escolas públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal, ou seja, não exige a presença dos responsáveis, havendo reprovação ou não. Percebe-se assim, um descaso ou falta de conhecimento junto aos responsáveis em relação ao desempenho escolar de seus filhos, pois mesmo quando convocados a escola para prestar esclarecimentos quanto as notas ou frequência de seus dependentes não sabem ao menos a série ou turma que o aluno está cursando.

Não necessariamente todos os alunos com alto rendimento têm o responsável presente na escola, pois muitos desses têm orientação em casa de como se portar na escola. Porém, em sua grande maioria, os alunos com baixo rendimento, não contam com a presença dos responsáveis na escola. Isso é devido à diversos fatores: morte, prisão ou separação dos pais. Ainda assim, esses menores são assistidos por parentes que não possuem o hábito de frequentar a escola. Muitos somente comparecem a instituição de ensino quando são convocados por problemas de disciplina, notas ou baixa frequência do estudante, diante uma ameaça da escola em convocar o conselho tutelar local. De qualquer forma, a presença dos responsáveis nas instituições de ensino provoca mudanças, o fato de acompanhá-los no dia-a-dia escolar inibe certas atitudes dos alunos como as frequentes brigas, faltas injustificadas e baixos rendimentos.

Visto que existe um desconhecimento por parte da população diante dos seus direitos deveres, e a escola pública representa o estado na sua materialização da educação, nada impede que ela seja um meio para oferecer

¹² BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2015, art. 208, §3º.

conscientização e estimular a participação. Desta forma, quais mudanças a escola, os estudantes, a comunidade, a sociedade em geral, precisam passar para que se consiga atingir a plenitude da participação dos responsáveis na escola?

1.3 OBJETIVO GERAL

Aumentar a participação dos pais e responsáveis estimulando discussões com toda a comunidade escolar para que se entenda os motivos da ausência dos responsáveis na escola. Estipular reuniões frequentes para que se discuta e promova a divulgação e o entendimento das normas vigentes da educação, direitos e deveres e tenham ciência, mediante o descrito na Gestão Democrática, Constituição Federal, LDB e no ECA, que sua participação no cotidiano escolar é relevante e necessária. Ressaltar a importância da presença dos pais e responsáveis no cotidiano escolar de seus filhos ou dependentes, utilizando das reuniões para esclarecer que esta participação influencia diretamente no desempenho escolar.

1.3.1 Objetivos específicos

Aperfeiçoar os meios de comunicação entre comunidade/escola. Formular sites ou blogs para divulgar informações sobre a escola. Utilizar a tecnologia existente para otimizar a comunicações com a comunidade.

Agendar reuniões ao início do ano letivo e divulgar antecipadamente o calendário escolar, contendo um resumo sobre as principais datas; reuniões; entrega de notas. Utilizar dos meios tecnológicos para aumentar esta comunicação: Site da escola, grupos de e-mail, mensagens de celular, criar um prévio calendário anual, contendo datas de reuniões, entrega de notas e frequência, entre outros. Repensar os meios atuais de renovação de matrícula da rede pública de ensino do Distrito Federal, pois não é necessária a

presença dos responsáveis para tal, havendo ou não reprovação. Ter a presença do responsável no ato da renovação da matrícula pelo menos aos alunos reprovados. Entregar o prévio calendário escolar no ato da matrícula e apresentar neste momento uma prévia dos direitos e deveres dos alunos e responsáveis, bem como diz o art. 205, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL¹³.

Colocar as propostas acima no PPP da escola e preparar professores, diretores, orientadores educacionais e coordenadores pedagógicos para que tenham conhecimento das políticas educacionais que amparam, principalmente a escola pública, e que possam dessa forma repassar esses conhecimentos para comunidade. Desta forma, a escola teria profissionais prontos para esclarecer e informar a comunidade sobre os direitos e deveres que cada um deles têm em sociedade e um PPP que seja efetivamente aplicado abraçando a educação e a cidadania.

¹³ BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2015, art. 205.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Paulo Freire defendia a escola participativa, com membros da comunidade escolar mais atentos aos direitos e a educação de seus filhos, uma educação libertadora, consciente, com a participação coletiva na construção do conhecimento, o que abraça também a gestão democrática. Freire defendia uma educação "(...) fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando."¹⁴.

A partir desse pensamento de Freire, podemos inferir que a educação liberta e é também função da escola, além de transmitir conhecimento, educar a sociedade a ponto que tenha ciência de seus direitos e deveres. "A libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela."¹⁵.

No que consta o texto da CF a educação é:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.¹⁶

O próprio texto constitucional menciona o dever de participação da família na educação de seus filhos. Exigir a presença dos pais/responsáveis na escola pode soar ditatório se olhado do ponto de vista pedagógico, mas na verdade é um estímulo inicial para que se habituem a frequentar a escola e acompanhar a vida acadêmica dos educandos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cita no art. 2º, que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu

¹⁴ FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa***. 25 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996, p. 7.

¹⁵ FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do oprimido***. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 17.

¹⁶ BRASIL, ***Constituição Federal de 1988***. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2015, art. 205.

preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.¹⁷

Bem como ainda nessa lei no art. 5º, §1º, inciso III, “zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.”¹⁸ e no art. 6º “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos 4 (quatro) anos de idade.”¹⁹

O Art. 12º diz que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: (...) VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; (...) VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a freqüência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (...) ²⁰.

Como isso poderá ser posto em prática? Como o Coordenador Pedagógico poderá articular reuniões com os responsáveis de alunos e com a comunidade escolar no geral, levando em consideração que as escolas públicas do GDF renovam as matrículas automaticamente sem a exigência da presença do responsável na escola para dar ciência na aprovação ou não do estudante? O Governo Federal e o Distrito Federal dispõem de Políticas Educacionais que estão presentes no papel, porém muitas não são postas em práticas devido a esses processos burocráticos. Entra em contradição com a citação da Constituição Federal no tocante à Educação Básica ser direito de todos e dever do responsável efetivar essa matrícula.

De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, na qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Art. 4º, *caput*, menciona ser:

¹⁷ BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 nov. 2015, art. 2º.

¹⁸ BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 nov. 2015, art. 5º, §1º, inciso III.

¹⁹ BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 nov. 2015, art. 6º.

²⁰ BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 nov. 2015, art. 12, *caput*, incisos VI e VII.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.²¹

Então como pôde se disponibilizar, ou até mesmo permitir, a automação de renovação de matrícula de estudante menor de idade, mesmo estando este no ensino médio?

O horário da coordenação pedagógica pode ser um momento que pode ser usado por professores, gestores, secretário escolar e coordenadores com objetivos de traçar metas para solucionar essas lacunas. Traçar metas que sejam usadas ano após ano, que estejam presentes no PPP da escola para ser norte para todos que ingressam na instituição. Muito se perde na mudança de ano, nas trocas de professores, projetos são abandonados e as boas ideias desaparecem.

Além das histórias individuais que todos escrevemos, é preciso construir histórias institucionais. É duro constatar a fragilidade de tantas escolas que montam um currículo e uma prática efetiva durante anos e perdem tudo com a transferência ou a aposentadoria de professores.²²

E o trabalho coletivo somente será possível se houver uma participação coletiva, colaboração e receptividade maior dos professores junto à coordenação.

Essas posições permitem-nos afirmar que as inovações, no campo educacional, seja no âmbito das idéias, seja no dos materiais, incidem sobre as pessoas envolvidas nesse processo, e portanto serão elas, professores, coordenadores e demais funcionários da escola, os agentes responsáveis pelos processos de mudança que poderão ocorrer.²³

²¹ BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 09 dez. 2015, art. 4º, *caput*.

²² AUGUSTO, Silvana. **Desafios do coordenador pedagógico**. Nova Escola. São Paulo, n. 192, maio 2006, p. 2.

²³ ORSOLON, L. A. M. **O coordenador/transformador como um dos agentes de transformação da/na escola**. In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. de (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. 6ª Ed. São Paulo: Loyola, 2001, p. 2.

Foi constatado que a maioria dos alunos com bom desempenho escolar tem os pais presentes na vida escolar, frequentam a escola, participam das reuniões e acompanham seus filhos nas tarefas de casa. Mesmo alguns sendo analfabetos, alguns desses pais estabeleceram como seus filhos uma rotina de estudos, que inclui a leitura de algumas disciplinas, mesmo não havendo tarefa de casa. Relatam que não desejam para os filhos o mesmo fardo que carregam.

*Não pude frequentar a escola quando criança, pois já tinha que trabalhar. Morava na roça e a escola era muito distante. Minhas filhas não precisam passar por isso, trabalho duro e faço questão que se dediquem somente aos estudos.*²⁴

*Não sei ler nem escrever, mas meu filho chega em casa e já pergunto o que tem para estudar e sempre que posso apareço na escola para saber como anda seu comportamento.*²⁵

Existe uma pesquisa feita por Cruz que comprova que o desempenho dos alunos na educação básica aumenta devido a participação dos pais na escola e acompanhando suas atividades escolares, mesmo muitos não possuindo um grau elevado de escolaridade. O que foi constatado nesta pesquisa é o fato dos pais se interessarem pelos estudos dos filhos e valorizarem em casa e diariamente a importância da escola para o futuro dos filhos²⁶.

A Gestão Democrática é uma porta aberta para que as Instituições de Ensino Pública possam tirar do papel as várias propostas de Políticas Educacionais sugeridas pelos Governo Federal e Distrital, e para que a Comunidade Escolar tenha mais acesso a escola para participar, agir e corrigir, mas para que isso aconteça é necessário que Leis, Direitos e Deveres sejam amplamente divulgados e seus conteúdos postos em prática. A escola não é mais a mesma de décadas atrás, onde os “donos da escola” (diretores e

²⁴ Relato presencial de pais / responsáveis em reunião escolar, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, maio de 2015.

²⁵ Relato presencial de pais / responsáveis em reunião escolar, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, maio de 2015.

²⁶ GUIMARÃES, Camila. **A importância da participação dos pais na educação escolar**. In: Priscila Cruz. out. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/10/importancia-da-bparticipacao-dos-paisb-na-educacao-escolar.html>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

professores), decidiam todo o seu andamento, sem levar em consideração as necessidades e as fraquezas da comunidade que frequenta a escola. As instituições de ensino públicas devem prover com o auxílio do coordenador pedagógico, reuniões bimestrais, entrega de notas, conselhos participativos, entre outros, todos com a presença da comunidade escolar. Isso sem contar as votações e eleições dos membros da Direção, Grêmio Escolar, discussão e reformulação do Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino Público e Conselho de Classe. Se a comunidade escolar não participa, não pode reclamar, não consegue expor suas necessidades e tão pouco avança afim de se equipar aos níveis de excelência da educação básica de diversas escolas particulares ou até mesmo aos países de primeiro mundo.

3 METODOLOGIA

a) Campo

A pesquisa a seguir foi realizada no CED São Francisco, Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal, situada em São Sebastião. A referida escola construída em 2009 e possui estruturas novas e adequadas a deficientes físicos e alunos especiais em geral, incluindo sala de recurso e atendimento especializado. Conta também com amplos pátios, auditório e quadra coberta, caracterizando-se por ter espaços físicos atraentes que favorecem eventos e reuniões internos e com a comunidade.

Atualmente é uma escola de Ensino Médio, mas já atuou com séries de Ensino Fundamental no início de seu funcionamento (8ª série/9º ano), bem como o ensino noturno (EJA) e regular, ambos cancelados por baixa demanda. Dispõe de um quadro de professores completo, direção e Equipe de Apoio à Aprendizagem.

b) Tipologia da pesquisa

Esta pesquisa é caracterizada por ser uma pesquisa ação e visa propor uma intervenção no ambiente escolar. Foi realizado um Estudo de Caso na Instituição de Ensino onde a presente pesquisadora atua e as coletas de dados foram feitas através de registros institucionais como atas das reuniões e fotos, dando assim base para concluir este estudo. Ponte considera que o estudo de caso:

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse.²⁷

Pesquisa documental, fotos e comportamentos de alunos e responsáveis foram observados e servem de base para elucidar

²⁷ PONTE, João Pedro da. *Estudos de caso em educação matemática*. 2006, p. 2.

questionamentos de como e porquê as ações e ausências acontecem. De acordo com as Diretrizes e Normas de Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, o sigilo é garantido.

c) Definição da Amostra

O estudo contém relatos e participação de todos membros da comunidade escolar, quadro de professores, secretário escolar, equipe de apoio a aprendizagem, direção e coordenação pedagógica, bem como atas de conselhos de professores e participativos.

*O pai vem a escola buscar o boletim e nem sabe qual a turma ou série que o aluno está cursando. Não sabe nem se reprovou, pois não precisa vir a escola renovar a matrícula.*²⁸

*Os pais acham que devemos ser as babás de seus filhos. Acham que a educação de seus filhos é obrigação total da escola.*²⁹

*Frequentei pouco a escola, mas sei que isso me faz falta. Não quero que meu filho faça o mesmo. Não sei as matérias que ela está aprendendo, mas sei que ele tem que estudar todos os dias.*³⁰

d) Coleta de dados

Os dados coletados tem base em pesquisa documentos do C.ED São São Francisco do ano de 2015, cujas atas de conselhos e de reuniões de professores juntos à comunidade forneceram base de dados. Bem como, registros fotográficos, listas de presenças das reuniões com a comunidade e dos conselhos participativos são dados que também comprovam a baixa adesão dos pais e responsáveis nos momentos importantes da vida escolar (votações, entregas de notas).

*Não fiquei sabendo da reunião e da entrega de notas, meu filho não me entregou o bilhete.*³¹

²⁸ Relato de secretário escolar, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, agosto de 2015.

²⁹ Relato professor, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, setembro de 2015.

³⁰ Relato presencial de pais / responsáveis em reunião escolar, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, maio de 2015.

³¹ Relato presencial de pais / responsáveis em reunião escolar, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, maio de 2015.

*Você pode ligar na escola sempre que quiser, temos reunião bimestrais e entrega de notas também. Se você perceber que o bilhete está demorando, pode vir a escola diretamente, não espero somente pelo seu filho.*³²

*Eu não entrego os bilhetes lá em casa não, tenho vergonha que meu pai venha na escola.*³³

*Quando o pai é chamado à escola por motivos de disciplina ou notas fica chateado. Mas aparece quando ameaçamos de chamar o conselho tutelar.*³⁴

e) Interpretação e Análise dos dados

Os registros em ata das reuniões realizadas entre pais, alunos e professores ao longo dos anos descrevem os motivos pelos quais justificam não frequentar a escola nos momentos sugeridos pela Instituição de Ensino (trabalho, falta de tempo, desinteresse, desinformação, divulgação). Outro fato observado, são as poucas assinaturas dos membros da comunidade escolar, pais e responsáveis nas listas de presença das reuniões já citadas e de registros fotográficos que constataam ainda mais a baixa adesão:

Foto1³⁵



³² Relato orientador educacional, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, junho de 2015.

³³ Relato estudante, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, maio de 2015.

³⁴ Relato coordenador pedagógico, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, setembro de 2015.

³⁵ Reunião escolar, "Gestores, professores e comunidade escolar", C. Ed. São Francisco, São Sebastião, maio de 2015.

Foto2³⁶Foto3³⁷

As fotos acima demonstram que poucos comparecem às reuniões e muitos se ausentam antes do fim, perdendo assim as explicações e orientação dadas pelos Gestores, professores e coordenadores. Pedem que a entrega das notas seja feita de maneira rápida para que retornem logo para suas residências. Levando em consideração a quantidade de alunos matriculados na Instituição de Ensino, que são em média 1.700 alunos, a adesão a estas reuniões é baixa.

³⁶ Reunião escolar, “Gestores, professores e comunidade escolar”, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, maio de 2015.

³⁷ Reunião escolar, “Gestores, professores e comunidade escolar”, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, maio de 2015.

Muitos afirmam a impossibilidade de faltar o trabalho para comparecer a escola de seus dependentes, o que sugere o desconhecimento da lei que ampara o pai/responsável nesses momentos, sendo que a escola deverá fornecer declaração de comparecimento.

Meu filho já tem 15 anos, já é homem. Não posso sair o tempo todo do trabalho para ir a escola. Ele tem que se virar.³⁸

Se eu for na escola toda vez que me chamarem ela não cresce e eu não ganho dinheiro. Sou diarista e recebo por dia, a vida não é fácil.³⁹

Minha mãe não veio buscar meu boletim porque ela estava numa reunião da igreja.⁴⁰

³⁸ Relato presencial de pais / responsáveis mediante convocação da escola, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, setembro de 2015.

³⁹ Relato presencial de pais / responsáveis mediante convocação da escola, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, setembro de 2015.

⁴⁰ Relato de aluno referente a entrega de boletim escolar, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, setembro de 2015.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de diversas discussões entre educadores e alunos, é constatado que todo o processo de melhoria deve ser feito em conjunto com todos os integrantes de comunidade escolar: Comunidade, Direção, Coordenação Pedagógica, Professores, entre outros servidores presentes nas Instituições. Ações individuais nem sempre alcançam um objetivo amplo, pois nem todas as necessidades e pontos a serem abraçados viriam a tona. Faz-se necessário construção de um Projeto Político-Pedagógico com a efetiva participação da comunidade usuária da escola pública, que até o presente momento ainda é baixa. Mobilizar e informar que a importância de participação de todos é fundamental para que a escola se molde e o PPP realmente funcione.

A escola e seus integrantes precisam traçar metas e planos para divulgar reuniões e objetivos e serem atingidos, insistir nas reuniões e enfatizar a importância da participação de todos neste processo. Grande parte do que está presente no PPP da escola foi elaborado por diretores e professores das instituições, acredito que sempre visando beneficiar a comunidade onde atua. Para que o PPP da escola seja útil e coloque em prática a educação e a cidadania, a escola precisa perceber as necessidades da comunidade onde atua.

A escola precisa mobilizar e também aderir propostas que sejam atraentes aos olhos da comunidade. Dependendo do local onde a escola está situada, a comunidade necessita de lazer e cultura, além dos conhecimentos gerados dentro de uma escola. Nestes casos a escola seria uma extensão de casa dos alunos e demais membros da comunidade, podendo ser utilizada como ambiente de descontração e aprendizado. O PPP precisa reunir características amplas, para que possa ser aplicado com finalidades reais. Uma construção coletiva. As propostas do PPP devem visar beneficiar o trabalho de professores, alunos e comunidade, pois ao unir feiras, eventos culturais com um projeto interdisciplinar que visa o aprendizado tem-se uma forma prazerosa

de ensinar, aprender e estimular a participação de todos com a divulgação de leis, direitos e deveres.

Foto 4⁴¹



Foto 5⁴²



⁴¹ Evento escolar temático aberto a comunidade, “Festa Junina”, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, julho de 2015.

⁴² Evento escolar temático aberto a comunidade, “Consciência Negra”, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, julho de 2015.

Foto 6⁴³

As imagens acima mostram que com ações diferenciadas promovidas com apoio da coordenação pedagógica em parceria com professores e gestores a escola consegue atrair a comunidade e os alunos para à escola de forma prazerosa e participativa. Momentos assim diferenciam o cotidiano escolar e tornam a frequência de pais e responsáveis algo natural.

As escolas precisam ter como objetivos principais educar o aluno de forma completa, com saberes necessários para sua vida em sociedade, com valores e ações que se iniciam dentro da escola como: respeito mútuo, limpeza e preservação de ambiente. Pois ao tratar a escola como sua, o aluno e a comunidade sente prazer em frequentá-la, bem como professores e demais membros da escola.

No momento em que a escola torna o ambiente receptivo, atraente e acolhedor, os alunos e a comunidade começam a participar mais. Algumas ações já são feitas como o objetivo de atender os anseios e necessidades daquela comunidade. Foi inserido no PPP desta escola ações que visavam

⁴³ Evento escolar temático aberto a comunidade, “Festa Junina”, C. Ed. São Francisco, São Sebastião, julho de 2015.

beneficiar seus alunos e comunidade, além de todo conhecimento necessário dentro de uma instituição de ensino, ações e eventos de unem conhecimento.

São ações pensadas para atrair ainda mais o aluno para a escola e integrar a comunidade com a escola, mas que necessitam de reforços para que se tenha uma participação plena e de excelência. É preciso reforçar todas essas ações por meio de palestras esclarecedoras junto a comunidade, demonstrando a importância dos saberes, direitos e deveres. Reforçar que as teorias precisam ser postas em prática, sendo que todas as leis, direitos e deveres já existem. Claro que a plenitude de todas essas ações será um ensino público melhor, e não ficar a desejar em relação as concorrentes particulares.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Silvana. **Desafios do coordenador pedagógico**. Nova Escola. São Paulo, n. 192, maio 2006.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL, Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. **Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal**. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/06/lei-n%C2%BA-4.751-de-07-de-fevereiro-de-2012.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2015.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 09 dez. 2015.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 nov. 2015.

C.Ed. São Francisco, Brasília: **Equipe do fantástico mostra a ação da escola ced. são francisco para combater os conflitos na escola e comunidade**. Rede Globo – Fantástico, 2010, 6:01 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hTuAx9Ff5AM>> . Acesso em: 15 out. 2015.

Cury, Carlos Roberto Jamil. **O DIREITO À EDUCAÇÃO: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**.

DA SILVA, Marta Leandro. **Planejamento Escolar na perspectiva democrática**.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa***. 25 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos***. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do oprimido***. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Camila. ***A importância da participação dos pais na educação escolar***. In: Priscila Cruz. out. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/10/importancia-da-bparticipacao-dos-paisb-na-educacao-escolar.html>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

ORSOLON, L. A. M. ***O coordenador/transformador como um dos agentes de transformação da/na escola***. In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. de (Orgs.). *O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*. 6ª Ed. São Paulo: Loyola, 2001.

Planejamento e trabalho coletivo / Ângelo Ricardo de Souza...[et al.]; Universidade Federal do Paraná, Pró- Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR. 2005.

PONTE, João Pedro da. ***Estudos de caso em educação matemática***. 2006.

Projeto Político Pedagógico Por Ti São Sebastião – Centro Educacional São Francisco. 2014. Disponível em: <<http://sumtec.se.df.gov.br/sistemas/ppp/wp-content/uploads/2014/09/PPP-CED-S%C3%83O-FRANCISCO.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2015.

SILVA, E. F. da. ***A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos***. In: VEIGA, I. P. A.

(Org.). Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papirus, 2007.